

Reestruturação do BB atinge Andaraí

O Sindicato marcou reunião dos prejudicados para esta quarta-feira (27)

A vice-presidência de serviços e infraestrutura (Visin) do Banco do Brasil iniciou nesta segunda (25) os cortes de postos de trabalho no Andaraí (atividades-meio), com realocações e perdas salariais para os funcionários atingidos. Na sexta-feira (22), último dia para os funcionários escolherem as praças para onde seriam realocados, não havia ainda nenhuma adesão.

Em reuniões com o banco, nos dias 7 e 20 de janeiro, a Contraf-CUT, assessorada pela Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, reivindicou a suspensão do processo, prorrogação do prazo para a realocação, manutenção da remuneração e a garantia de permanência nas mesmas praças para quem não pôde acompanhar o processo de contratação em outras praças.

O banco não atendeu. O Plano de Funções, que integra a reestruturação, foi imposto arbitrariamente ao funcionalismo. Segundo a Contraf-CUT, esse plano apresenta uma falha gritante nas suas premissas, já que, devido à drástica redução no valor do adicional de função, muitos funcionários sobem de cargo, mas têm salários reduzidos. É o caso dos assistentes juniores, ex-assistentes B, que continuam com jornada de 8 horas ou que migraram de 8 para 6 seis horas, com redução de salários.

O banco oferece a esses funcionários migrar para o cargo de assistente operacional pleno ou assistente pleno em agências. Nestes

casos, os funcionários perdem a verba de ajuste. Mesmo migrando para cargo mais alto, o salário é reduzido. Este mesmo exemplo é válido para os cargos de analistas A e B, com seus respectivos cargos com jornada de 6 horas.

“O Plano de Funções, que preferimos chamar de Plano Facão, está criando passivo trabalhista para o banco, com essas alterações de jornada e reduções salariais. Muitos funcionários optam por acionarem o banco judicialmente

com ações referentes à 7ª e 8ª horas”, disse o diretor da CUT RJ Marcello Azevedo.

DELEGADOS SINDICAIS

Embutido no processo de reestruturação, há uma inequívoca postura de atitude antissindical. O banco atenta contra a organização sindical no local de trabalho ao perseguir os funcionários que participam de greves. “Isso fica muito evidente quando o banco

corta comissões dos três delegados sindicais do Andaraí e utiliza a participação nas greves como critério de seleção para concursos internos”, disse a diretora do Sindicato e integração da Comissão de Empresa Rita Mota.

O Sindicato convoca uma reunião com os funcionários do Andaraí, quarta (28), no auditório da entidade (Avenida Presidente Vargas, 502, 21º andar).



Caixa diz que não fará novas contratações

A Caixa Econômica Federal não fará novas contratações ou concurso público este ano para reduzir o déficit de pessoal. Também não reporá as vagas deixadas pelos empregados que aderiram ao plano de incentivo à aposentadoria em 2015, ou aquelas que poderão ser abertas com a saída de mais funcionários caso um novo plano semelhante entre em vigor este ano.

As informações deixaram surpresos os representantes da comissão dos aprovados no concurso pú-

blico de 2014, que ainda não foram convocados, e da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE), que se reuniram com representantes da empresa, em Brasília, na última sexta-feira (22). O vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti, condenou a presidente do banco, Mirian Belchior, pelas medidas. Os representantes da Caixa reforçaram que não há perspectivas de contratar novos empregados, incluindo portadores de deficiência. As duas principais justificativas apre-

sentadas foram as diretrizes do governo federal, no sentido de reduzir gastos, e a retração do mercado de trabalho.

“O governo faz exatamente o contrário do que prometeu na campanha eleitoral, quando disse que fortaleceria os bancos públicos, contratando, equipando, para melhor servir à população. Já a diretoria do banco mostrou total submissão ao não sustentar ser preciso reverter com urgência a grave situação de sobrecarga de trabalho e adoecimento que afetam os

empregados do banco em todo o país, graças ao crescente déficit de pessoal”, afirmou. Já o membro da CEE Genésio Cardoso disse que solicitará audiência à presidente Dilma Rousseff. “Como os dirigentes da Caixa a estavam representando, visto que o pedido foi de um encontro dos concursados com Dilma, vamos relatar à presidente toda nossa insatisfação. Esse posicionamento, que vem desde a campanha salarial passada, é inadmissível”, adiantou.

Sindicato condena decisão de juiz contrária à política de cotas

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro condena a decisão do juiz Adriano Dantas, da 8ª Vara do Trabalho de João Pessoa (PB), que considerou inconstitucional a aplicação da lei de cotas raciais em concursos públicos. A Lei 12.990 é uma política afirmativa que visa reduzir uma distorção histórica, reservando 20% das vagas a candidatos pretos ou pardos nestes concursos. Está em vigor desde 2014. Segundo o juiz, a norma viola a isonomia.

A sentença acatou ação movida pelo advogado Max Kolbe, em nome de Carlos Delano Brandão, classificado em 15º lugar, em concurso para escriturário para o Banco do Brasil, realizado em 2014. Se não existisse a lei de cotas raciais, ele seria contratado. A diretora do Sindicato Luciana Vieira considerou a decisão do juiz conservadora e injusta, um ataque a uma política de ação afirmativa que busca combater uma desigualdade histórica. “Um negro não possui as mesmas condições de se preparar para um concurso que um branco. A lei de cotas visa permitir



NANDO NEVES

Almir: “O sistema de cota é uma política afirmativa que garante a pobres e negros um lugar ao sol pelo caminho da educação universitária”

que esta desigualdade seja aos poucos reduzida”, afirmou.

A dirigente bancária frisou ter a resolução do juiz contrariado decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou a Lei de Cotas constitucional, em 2014. Vai ainda contra determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de que todo o Judiciário siga a Lei de Cotas em seus concursos. O ex-presidente do Sindicato e Secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT, Almir Aguiar, lembrou que o sistema de

cotas no concurso público faz parte das políticas afirmativas do governo e é o reconhecimento de uma dívida histórica do Estado brasileiro com a população negra, escravizada por mais de 300 anos no país, e cerceada nos seus direitos à cidadania, emprego, alimentação e educação. “Em função dessa política os negros e pobres estão nas universidades, e as cotas são fundamentais para garantirmos a igualdade de oportunidades também no ingresso ao serviço federal”, afirmou.

RACISMO NOS BANCOS

O senador Paulo Paim (PT-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, lamentou a decisão do juiz paraibano, lembrando ser patente a desigualdade de oportunidades entre negros e brancos. Lembrou que o STF já tem posição firmada pela constitucionalidade da Lei de Cotas e vai derrubar a decisão do juiz. “A decisão do Supremo tem que ser seguida por toda a Justiça. Esta é uma lei de ação afirmativa criada para corrigir distorções sociais históricas que não podem ser negadas”, afirmou.

O Mapa da Diversidade da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), de 2014, confirma a discriminação. Os brancos são 71,4% dos bancários, contra 24,7% de negros e pardos. Em 2008, os negros eram 19%; e os brancos, 77,4%. Para Almir, este pequeno crescimento se deve ao concurso para os bancos públicos. “Ainda temos muito o que caminhar. A discriminação é enorme. Por isto mesmo é fundamental a política de cotas”, afirmou.

AVANÇOS NAS NEGOCIAÇÕES DA CASSI BB

Banco diz que vai retomar projetos e melhorar receita

O Banco do Brasil concordou em retomar o andamento dos projetos de ações estruturantes da Cassi, que estavam pendentes, motivo de impasse no âmbito da Cassi. A solução para os problemas de caixa da Cassi também foi objeto da discussão na reunião desta terça-feira (19), em Brasília.

As entidades representantes dos funcionários vislumbram avanços ao longo do processo de negociação. Elas entendem que os consensos obtidos devem ser mantidos. Figuram nesse caso o princípio da solidariedade, o investimento no Modelo de Atenção Integral à Saúde (via Estratégia Saúde da Família), a garantia de atendimento para ativos, aposentados, dependentes e pensionistas e a corresponsabilidade entre BB e associados.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS

Também por parte do banco houve o reconhecimento dos avanços na mesa de negociação. Os representantes do banco informaram que se reuniram com os diretores eleitos e técnicos da Cassi para debater e dar andamento aos projetos, conforme ficou acordado. Os trabalhos vão começar pela consulta a empresas especializadas. Mesmo com a contratação de empresas, o banco e seus representantes na Cassi devem ter o compromisso de não alterar substancialmente o conteúdo e as premissas defendidas pelos eleitos nas iniciativas estratégicas. Nem devem mudar o modelo de Cassi defendido

pelos eleitos e entidades representativas.

Enquanto os projetos forem sendo tocados, o banco vai estudar alternativas para o reforço de caixa da Cassi. O banco garantiu que não faltará pagamento a nenhum prestador da Cassi. Para a diretora do Sindicato Rita Mota, integrante da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, a reunião foi bastante produtiva e com sinalizações claras para os associados da Cassi. A retomada dos entendimentos é fundamental para se formularem as propostas que solucionarão os problemas de caixa da Cassi”, disse.

A próxima rodada de negociação entre banco e entidades ficou agendada para o dia 25 de fevereiro.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Subsede de Campo Grande:** Rua Manai, 180, CEP: 23052-090 – Campo Grande – Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

SINDICATO DOS BANCÁRIOS 86 ANOS

Reflexos de uma experiência histórica indelével

O Sindicato dos Bancários do Rio completou 86 anos de existência no último dia 17 de janeiro. Essa trajetória quase centenária inscreve-se nas principais histórias de lutas das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. O contexto, ao longo desses 86 anos, é o das greves e enfrentamentos para a conquista de direitos, que hoje estão consolidados na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Essas conquistas, em muitos casos, servem de parâmetro para a luta de outras categorias.

Desde a criação do **Jornal Bancário**, em 1930, passando pela regulamentação da sindicalização com unicidade sindical, as reivindicações da caixa de aposentadoria, salário mínimo profissional, jornada de seis horas, em 1932, o Sindicato tem uma memória rica de batalhas classistas.

Mais que um motivo de orgulho, as conquistas que a categoria obteve são um estímulo para novos embates, como os atuais, que os bancários e bancárias precisam estar prontos para enfrentar – a defesa dos direitos trabalhistas, constitucionais, da liberdade e da democracia.

Ao voltar os olhos para o passado, vê-se claramente que a demanda atual aponta para um só caminho: a luta incansável contra os ataques à aposentadoria, à jornada de trabalho, ao emprego e aos salários. São cada vez mais necessários o acúmulo de forças e a união das esquerdas para enfrentar o maior inimigo dos trabalhadores, o neoliberalismo.

Especialmente calcado em teorias de mercado, o neoliberalismo tem como objetivo destruir o que a classe trabalhadora construiu e aumentar os lucros do capital a qualquer custo. Hoje, como no passado, o discurso dos neoliberais, em todos os países,

NANDO NEVES



Matileti:
“Nossa história é a nossa sustentação moral para as lutas do presente e do futuro”

é o da “destruição criadora”. Destroem o vínculo empregatício para criar o emprego informal, sem regras claras nem garantias de direitos. Destroem a relação salarial, para instalar uma remuneração variável e aquém das necessidades do ser humano. Querem destruir a supremacia do Estado como instituição reguladora da sociedade e suas relações políticas e econômicas para impor a hegemonia do mercado, que só preconiza o lucro pelo lucro e sobre o lucro.

Enfim, destroem até a nomenclatura “trabalhador” dentro das empresas, substituindo-a pela expressão fantasiosa de “colaborador” para criar, na linguagem, a ideia de que não existe a contradição entre patrão e empregado, entre capital e trabalho.

Este é o mundo em que a categoria bancária está inserida. O mundo do capital, o mundo do trabalho. O mundo dos bancos e o daqueles a quem exploram no dia a dia, bancários, bancárias e clientes.

Nesses 86 anos de história, os bancários e bancárias dão exemplo de tenacidade. Nossa história é a nossa sustentação moral para as lutas do presente e do futuro. São esses fatos que alimentam nossas análises da realidade. E a realidade não se sustenta em crenças, que podem levar a erros e ilusões. Por isso, devemos ter os pés no chão para lutarmos com responsabilidade e coragem. Temos pela frente um forte embate em defesa dos empregos. Temos muito o que lutar contra o assédio moral, as metas abusivas a discriminação e o racismo, e pela ampliação de conquistas na área da saúde, educação e da igualdade de gêneros. Se esses 86 anos de experiência nos permitem sonhar, que seja o sonho por um mundo sem explorados e sem exploradores.

Paulo Matileti, presidente em exercício do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

Camisinha Listrada tá na rua. Vista a camiseta.



O carnavalesco Marco Hamellin avisa que, nesta sexta-feira (29), o Bloco dos Bancários estará novamente na rua, para mais um ensaio. Aproveite também para adquirir a camiseta. Você pode comprá-la dos entregadores de jornal ou pedir pelos telefones 2103-4150/4151. Valores: R\$15 para bancários sindicalizados e R\$20 para os não sindicalizados.



ANÁLISE DO DIEESE

Perspectivas para o lucro dos bancos em 2016

O panorama econômico consolidado ao final de 2015 sinaliza um impasse sobre o futuro desempenho dos bancos que operam no Brasil. É o que se conclui da leitura do artigo “Lucro dos bancos pode encolher em 2016 pela primeira vez em décadas”, publicado pela revista *Exame* na internet em 27/12/2015. No texto são ressaltados os possíveis impactos da desaceleração que a economia brasileira vem experimentando sobre o resultado futuro dos bancos, apontando para um possível desvio de rota na trajetória de lucros estratosféricos que essas instituições financeiras trilham há décadas.

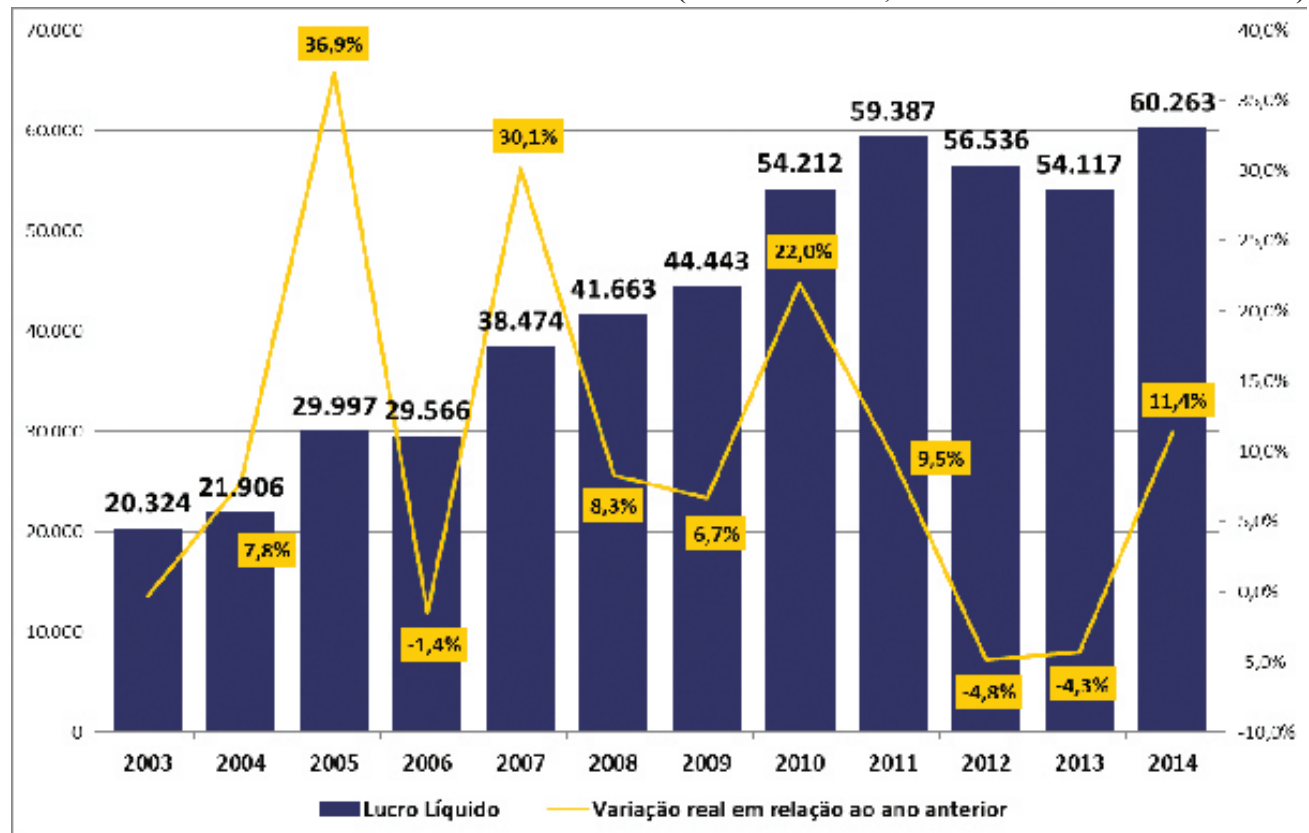
São traçados três cenários para o desempenho dos bancos em 2016, elaborados por grandes instituições internacionais: o primeiro pelo Bank of America Merrill Lynch (BofA), o segundo pelo Goldman Sachs (GS) e o terceiro pelos bancos UBS e Deutsche Bank (DB). De acordo com a perspectiva mais pessimista, traçada pelo BofA, o lucro dos bancos recuará 18% neste ano, mesmo que ainda cresça na base de dois dígitos em 2015. Segundo o GS, os bancos lucrarão este ano um montante apenas 5% inferior a 2015. Por fim, no cenário esboçado pelo UBS e DB, o lucro continuará em trajetória expansiva em 2016, algo entre 1% e 9,9% (que, para efeito de simplificação, tomaremos por 5%). Considerando as estimativas de desempenho para a economia brasileira este ano (retração de quase 3% do PIB, desemprego na casa dos 10%, inflação em quase 7%), as perspectivas parecem de fato não ser das mais animadoras, porém, é necessário fazermos algumas avaliações para o caso específico dos bancos.

Observando apenas a variação do lucro líquido de um ano para outro, fica difícil fazermos uma avaliação mais sólida sobre a probabilidade de concretização de qualquer desses cenários. Portanto, julgamos importante trazer, em primeiro lugar, a série histórica do lucro das maiores instituições, pelo menos de 2003 a 2014 (último ano com os dados consolidados), conforme o gráfico,

O que podemos depreender a partir de uma observação atenta do gráfico, que considera a variação real do lucro (isto é, descontando a inflação), é que, em primeiro lugar, apesar das diferenças entre os prognósticos, é notável a série de verdadeiros saltos nos resultados dos cinco maiores bancos – Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander – desde 2003. Nesse quesito, destaca-

Evolução do lucro líquido dos cinco maiores bancos que operam no Brasil: 2003 a 2014

(em R\$ milhões, valores constantes = dez/2014)



se o período de 2003 e 2010, no qual essas instituições elevaram seus lucros somados de um patamar de R\$ 20,3 bilhões para a casa dos R\$ 54,2 bilhões. Apenas para efeito de comparação, somente o lucro do Itaú em 2014 equivale à soma dos cinco maiores bancos em 2003. Note-se também os significativos aumentos ocorridos em 2005 (36,9%), 2007 (30,1%) e 2010 (22%).

Em segundo lugar, podemos observar que o período de 2011 a 2014 sinaliza uma desaceleração no ritmo de crescimento dos lucros em relação ao período anterior. Note-se ainda que houve uma pequena queda em 2012 e 2013. A redução nesses dois anos pode ser explicada em parte pela queda nas receitas com títulos e valores imobiliários, uma vez que parcela considerável dos papéis em posse dos bancos são títulos públicos remunerados com referência na Selic, a taxa básica de juros da economia, estipulada pelo Banco Central, que atingiu seu menor patamar histórico em 2012.

Diante do exposto, é possível afirmar que, não importando se a perspectiva que venha a se concretizar em 2016 seja a mais pessimista, há de se ressaltar que os maiores bancos têm plenas condi-

ções de absorver esse impacto, se considerarmos o quanto foi acumulado em termos reais desde 2003.

Os cinco maiores obtiveram aumento real de 196,5% no lucro líquido de 2003 a 2014, sendo que os ganhos dos dois maiores bancos privados nacionais, Bradesco e Itaú, se elevaram 265,8% e 259,2% no período, respectivamente. Esse fato nos impõe o desafio de encontrar outras empresas desse porte (com ativos, em média, superiores a R\$ 1 trilhão), independentemente do ramo em que atuam, capazes de atingir resultados tão expressivos numa economia que vem atravessando dificuldades desde 2011.

Em conclusão, algumas considerações. Primeiramente, da forma como o arcabouço de política econômica do Brasil está estruturado desde o final dos anos 1990, alicerçado no chamado tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante), uma aceleração da inflação será tratada fundamentalmente com a elevação dos juros, desestimulando a contratação de novos empréstimos. Esse esfriamento pode até impactar negativamente a demanda por crédito, mas uma eventual perda de escala nessas

operações pode ser compensada com ganhos elevados, oriundos de *spreads* mais altos, e receitas originárias de operações com títulos, em especial os da dívida pública. Vale lembrar que o último boletim Focus divulgado pelo Banco Central prevê que a taxa Selic alcançará 15,25% ao longo de 2016, acima dos atuais 14,25%.

Em segundo lugar, o setor bancário brasileiro vem há tempos passando por um intenso processo de concentração.

Prova disso são as fusões, oligopólios, como a do Itaú e Unibanco e, mais recentemente, a aquisição do HSBC pelo Bradesco, que constituem os exemplos mais marcantes. Esse processo resulta na configuração de um no setor, que inibe a concorrência e confere enorme poder de mercado aos bancos remanescentes, especialmente na arbitragem de juros sobre empréstimo e tarifas.

Esse ambiente garante aos bancos uma espécie de “rede de proteção”, assegurando-lhes operar com lucros altos, altos níveis de rentabilidade, e pouco risco. Isso nos leva a concluir que os cenários mais pessimistas até podem se concretizar, mas são um tanto quanto improváveis. A conferir.